

MONTEPIO



DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA

Relatório e Contas 2025

**100 ANOS DE AÇÃO SOCIAL
1927-2027**

De Associados Para Associados

☎ 218 861 067 🌐 geral@montepiopsp.pt - www.montepiopsp.pt 📍 Av. Almirante Reis, nº. 152 R/C Dto. 1000-052 Lisboa

100 ANOS
de Ação Social
1927-2027

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2025

O MONTEPIO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA foi criado pelo Decreto n.º 14.786, publicado no Diário do Governo, 1.ª Série, de 24 de dezembro de 1927, e na Ordem do Corpo n.º 4, de 4 de janeiro de 1928.

O MONTEPIO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE LISBOA é uma Pessoa Coletiva Privada de Utilidade Pública, com sede na Avenida Almirante Reis, n.º 152, R/C Direito, 1000-052 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único fiscal e de registo 501083197.

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	6
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2025.....	8
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2026.....	9
INTRODUÇÃO	10
I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	12
1. Reuniões realizadas	12
2. Movimento de Associados	12
3. Pensões de Sobrevivência	13
3.1. Estrutura etária dos beneficiários de pensões em pagamento.....	14
4. Adiantamentos sobre as Reservas Matemáticas	15
5. Arrendamento de imóveis habitacionais/comerciais	16
5.1 Aumento de rendas (habitacionais e comerciais).....	16
5.2 Concursos para atribuição de apartamentos de renda económica	17
5.3 Contratos de arrendamento para apartamentos em regime de renda livre	17
5.4 Coabitações	17
5.5 Informação acerca do número de apartamentos atribuídos ao abrigo da política de emergência social / Protocolo de Cooperação SSPSP	18
5.6 Informação acerca do número de estabelecimentos comerciais arrendados/livres	18
6. Património imobiliário	19
6.1. Reabilitação do edifício da Rua António Pedro, n.º 24:.....	19
6.2. Ações de Supervisão.....	19
6.3. Gabinete técnico.....	20
6.3.1 Atividades Desenvolvidas	20
6.4. Valor do património imobiliário.....	22
7. Eventos realizados durante o ano de 2025.....	23
7.1. MONTEPIO da Pequenada	23
7.2. Missa de Sufrágio.....	23
7.3 II Encontro de Polícias Escritores	23
7.4 Montepio Inaugura Novo Projeto de Coabitação em Lisboa	24
8. CADI-EM – Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória	25
8.1. Arquivo	25
8.2. Biblioteca Comissário Lino d’Oliveira	26
II - BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025.....	27
1 Demonstrações Financeiras	27
1.1 Balanço	27
1.1.1 Notas ao Balanço.....	28

1) Ativos Fixos Tangíveis.....	28
2)Ativos Intangíveis	28
3) Associados.....	29
4) Créditos a Receber	29
5) Diferimentos.....	29
6) Outros Ativos Correntes	30
7) Caixa e Depósitos Bancários	30
8) Excedentes de revalorização	30
9) Ajustamentos/variações nos fundos patrimoniais	31
10) Provisões específicas.....	31
11) Fornecedores	31
12) Estado e outros entes públicos.....	32
13) Outros Passivos Correntes.....	32
1.2 Demonstração de Resultados por natureza	33
1.2.1 Notas explicativas da Demonstração de Resultados.....	33
1) Vendas e Serviços Prestados.....	33
2) Fornecimento e Serviços Externos	33
3) Gastos com o Pessoal.....	36
4) Provisões (aumentos / reduções)	38
5) Provisões específicas (aumentos/reduções)	38
6) Outros Rendimentos.....	39
7) Outros Gastos	40
8) Juros e rendimentos similares obtidos.....	40
1.3 Principais Indicadores Financeiros e Operacionais.....	40
1.3.1. Análise Financeira.....	40
1) Liquidez e Fundo de Maneio	40
2) Estrutura Financeira	40
3) Rentabilidade	41
4) Qualidade dos Ativos Correntes	41
III. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2025	42

ÍNDICE DE FIGURAS

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma Institucional.....	7
Figura 2 Movimentos de associados entre os anos de 2022 e 2025.....	12
Figura 3 Pensões de sobrevivência entre os anos de 2022 a 2025.....	13
Figura 4 Panorama geral de pensões de sobrevivência em 2025.....	14
Figura 6 Movimento de adiantamentos a associados entre 2022 e 2025.....	15
Figura 7 Ocupação de imóveis para fins habitacionais a 31/12/2025.....	16
Figura 8 Ocupação de imóveis por sexo.....	17
Figura 9 Arrendamento habitacional em quartos de coabitação em 2025, por categoria profissional	18
Figura 10 Relação de imóveis e sua valorização a 31/12/2025.....	22
Figura 11 Balanço	27
Figura 12 Outros gastos a reconhecer.....	29
Figura 13 Rendimentos e Gastos	33
Figura 14 Despesas Gerais	34
Figura 15 Honorários.....	34
Figura 16 Artigos Para Oferta.....	35
Figura 17 Despesas Representação.....	35
Figura 18 Gastos com o Pessoal.....	36
Figura 19 Contributo Financeiro por Categoria Profissional.....	37
Figura 20 Média Anos Serviço Por Categoria	37
Figura 21 Rendas Recebidas entre 2023 e 2025.....	39

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 43.º dos Estatutos do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA e demais requisitos legais aplicáveis e no desempenho das funções que nos estão cometidas enquanto Direção, no respeito pela Missão, Visão e Valores subjacentes, apresentamos o Relatório e Contas à Assembleia Geral, que servirá de referencial de demonstração e análise das atividades desenvolvidas e da situação patrimonial e financeira, referente ao exercício de 2025.

- Missão -

O MONTEPIO DA PSP DE LISBOA tem como missão contribuir para o desenvolvimento do bem-estar dos nossos associados, proporcionando-lhes um conjunto de respostas e serviços prestados de acordo com os fins para os quais foi concebido, que permitam responder às inúmeras carências e exigências de uma melhor qualidade de vida.

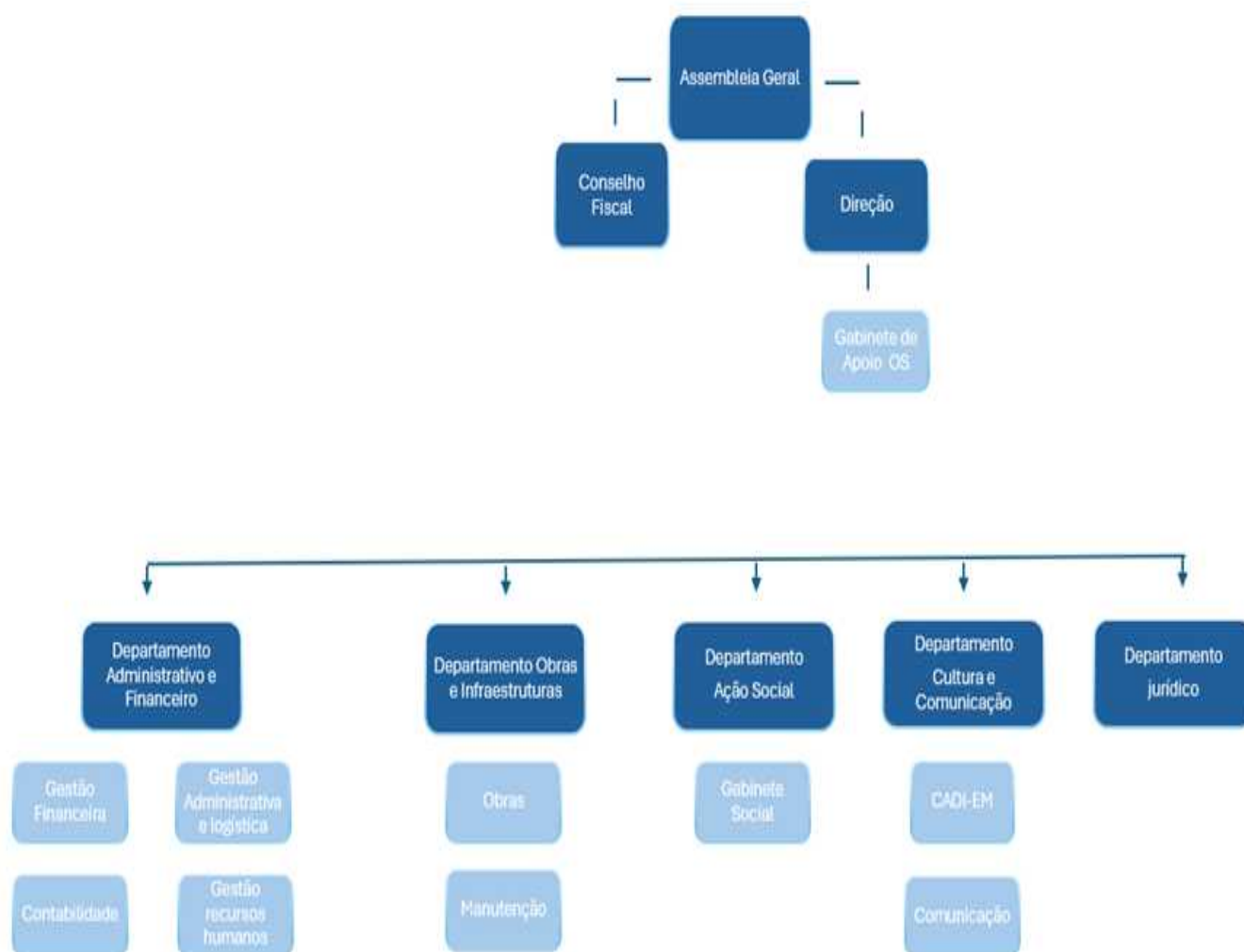
- Visão -

O MONTEPIO DA PSP DE LISBOA almeja ser reconhecido como uma Instituição capaz de melhorar a qualidade de vida dos nossos associados, através de um conjunto de ações integradas de cariz sobretudo social, cada vez mais eficazes e eficientes.

- Valores -

A ação do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA rege-se pelos valores da Integridade, Transparência, Boa-fé, Honestidade, Confiança, Respeito, Solidariedade, e Responsabilidade Social.

Figura 1 - Organograma Institucional



NOTA: O Organograma Institucional do Montepio da PSP é um projeto em construção, no âmbito do processo de reestruturação em curso, iniciado em 2023.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2025

- Mesa da Assembleia-Geral -

Presidente: Superintendente Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa
Por inerência o 2.º Comandante do COMETLIS

Vice-Presidente: Martinho Américo Borges Massa

Secretário: Inês Fonseca Menicha

Secretário: Catarina Joana Araújo Teixeira

Suplente: Sofia Margarida da Costa Amorim

Suplente: João Guilherme Rei Pinheira

- Conselho Fiscal -

Presidente: Pedro José Lopes Clemente

Vogal: Iúri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Relator: Maria Beatriz de Matos Coelho

Suplente: Joel Fernando Rodrigues Vilas Boas

Suplente: Magda Rafaela Gonçalves Pereira

- Direção -

Presidente: Álvaro da Silva Marçal

Secretário: Rafael de Paiva Ramos

Secretário: Rui Manuel Barbosa Andrade

Tesoureiro: Elson Ricardo Rodrigues Sereno

Vogal: Tiago Costa Torres Gonçalves

Vogal: Filipe Alexandre Direitinho Nunes

Vogal: André Nuno Marcos Raimundo Abrantes

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE 2026

- Mesa da Assembleia-Geral -

Presidente: Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de Sousa
Por inerência o 2.º Comandante do COMETLIS

Vice-Presidente: Martinho Américo Borges Massa

Secretário: Catarina Joana Araújo Teixeira

Secretário: Sofia Margarida da Costa Amorim

Suplente: Sara Oliveira Lima

Suplente: João Guilherme Rei Pinheira

- Conselho Fiscal -

Presidente: Pedro José Lopes Clemente

Vogal: Fábio Jesus Ribeiro Mota

Relator: Beatriz Ferreira Fernandes

Suplente: Filipa Alexandra Gomes Ramalho

Desistência do Vogal Eleito inicialmente - Joel Fernando Rodrigues Vilas Boas

- Direção -

Presidente: Álvaro da Silva Marçal

Secretário: Hermínio Afonso Pereira da Costa

Secretário: Rui Manuel Barbosa Andrade

Tesoureiro: Rafael de Paiva Ramos

Vogal: Tiago Costa Torres Gonçalves

Vogal: Iúri Alexandre de Sampaio Monteiro Rodrigues

Vogal: André Nuno Marcos Raimundo Abrantes

INTRODUÇÃO

Nos termos da lei e em conformidade com o disposto nos nossos Estatutos, a Direção do Montepio da PSP de Lisboa, adiante designado por Montepio, apresenta o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2025.

O presente Relatório e Contas constitui um documento de elaboração anual que reflete as atividades desenvolvidas pelo Montepio ao longo do ano transato, bem como o contexto em que as mesmas decorreram. Simultaneamente, apresenta os principais movimentos e mapas financeiros e contabilísticos, que evidenciam o resultado económico alcançado e o empenho de todos os intervenientes.

Num contexto de grande incerteza, marcado por fortes condicionalismos à escala global, assistimos a diversos acontecimentos com impacto significativo na sociedade em geral e, em particular, nos associados do Montepio. Entre esses fatores destacam-se a guerra na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente e a estagnação das principais economias europeias, com consequências profundas além-fronteiras. Estas realidades traduziram-se, designadamente, em perturbações nas cadeias globais de abastecimento dos setores energético e alimentar, no bloqueio de rotas de exportação, no aumento generalizado dos preços e na escassez de bens essenciais, bem como no agravamento da crise energética e no aumento do custo dos combustíveis e seus derivados. Acresce ainda o deslocamento forçado de populações oriundas dos Estados mais afetados, contribuindo para um desequilíbrio geopolítico e económico mundial que, de forma direta ou indireta, se repercute na sociedade portuguesa e, naturalmente, na atividade do Montepio, bem como na qualidade de vida e no bem-estar dos nossos associados.

Perante estes desafios globais, o Montepio pode e deve fazer parte da solução. Atendendo à sua natureza privada e sem fins lucrativos, aliada à sua matriz social, não dispõe de qualquer fonte de financiamento público ou externo, assentando exclusivamente em receitas próprias, provenientes, essencialmente, das quotas pagas pelos associados, das rendas habitacionais e não habitacionais e dos juros e rendimentos similares de aplicações financeiras. Estas receitas contrastam com despesas crescentes, nomeadamente as associadas à contínua reabilitação de frações habitacionais e não habitacionais, à atribuição de pensões de sobrevivência e à implementação de iniciativas de capacitação dos recursos humanos e de modernização dos equipamentos, com vista à melhoria contínua, à otimização da gestão e à automatização dos processos de trabalho.

Esta perspetiva financeira realça a importância de uma gestão criteriosa, assente em processos integrados de planeamento, organização, direção e controlo, orientados para assegurar a prossecução dos fins e objetivos definidos. Desta forma, contribui-se para o bem-estar dos nossos associados, proporcionando-lhes um conjunto de respostas e serviços em conformidade com a missão para a qual o Montepio foi concebido. Assim, o presente relatório constitui um instrumento de escrutínio e de prestação de contas relativo ao exercício de 2025, permitindo aferir a sua efetiva utilidade do ponto de vista do desempenho, da robustez económica e financeira e da sustentabilidade do Montepio. As repercussões desta atividade refletem-se diretamente na vida dos associados, contribuindo para o seu bem-estar social e familiar, essencial às gerações atuais e futuras.

De Associados Para Associados

Neste contexto, o ano de 2025 representou um período de significativo desenvolvimento da atividade do Montepio. Deu-se continuidade à reabilitação de frações habitacionais, em articulação com uma política de arrendamento orientada para responder às diversas situações de necessidade e carência habitacional dos nossos associados.

Face ao exposto, é convicção da presente Direção que a trajetória iniciada nos últimos anos permitirá concretizar novas oportunidades de desenvolvimento e crescimento, honrando os 100 anos de vida do Montepio. Pretende-se, assim, dar continuidade ao trabalho desenvolvido no último exercício e prosseguir com projetos ambiciosos e inovadores para o futuro.

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

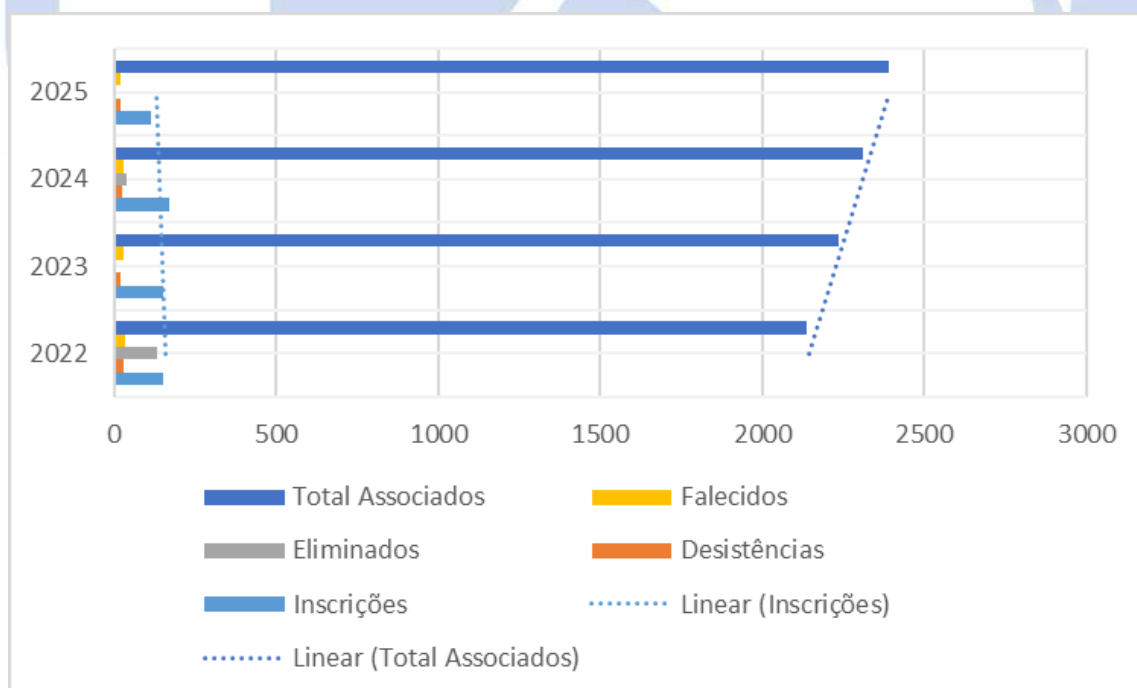
1. Reuniões realizadas

Ao longo do ano transato, a Direção reuniu-se regularmente, em regime assíncrono e síncrono, com base em agendas de trabalho previamente definidas e distribuídas pelos seus membros, de acordo com as respetivas áreas de competência. No total, realizaram-se 43 reuniões conjuntas da Direção, do Conselho Fiscal e do Grupo de Trabalho dos Estatutos, com vista à prossecução da missão e dos objetivos estatutários do MONTEPIO.

- **Direção:** 26 reuniões;
- **Direção c/ Conselho Fiscal:** 6 reuniões;
- **Reuniões do Grupo de Trabalho**
- **sobre «Alteração dos Estatutos»:** 2 reuniões.

2. Movimento de Associados

Figura 2 Movimentos de associados entre os anos de 2022 e 2025.



Entre 2022 e 2025, o número total de associados registou um crescimento, passando de 2.137 para 2.391, o que representa um aumento acumulado de cerca de 11,9%. Este crescimento foi impulsionado pelo volume de novas inscrições, que se manteve consistentemente superior ao número de saídas por desistência, eliminação ou falecimento.

O ano de 2024 destacou-se pelo maior número de inscrições (170), contribuindo significativamente para o reforço da base associativa. Em 2025, apesar da redução do número de novas inscrições para 113, o total de associados continuou a aumentar, evidenciando a capacidade de retenção e consolidação do universo associativo.

De forma global, os indicadores revelam uma evolução positiva e consistente da massa associativa, refletindo a atratividade e a relevância do MONTEPIO junto dos seus associados.

Pelos 19 associados falecidos, o Montepio apresenta sentidas condolências aos seus familiares.

3. Pensões de Sobrevivência

O MONTEPIO calculou, em 31 de dezembro de 2025, o montante das reservas matemáticas necessárias para garantir o pagamento futuro das pensões de sobrevivência, tanto das que já estão a ser pagas como das que ainda virão a ser atribuídas. Em seguida, é apresentada a evolução dessas reservas ao longo de 2025, comparando-a com a registada em anos anteriores.

Figura 3 Pensões de sobrevivência entre os anos de 2022 a 2025¹

	2022	2023	2024	2025
Pensões em Formação	2.137	2.225	2.310	2.391
Quotas Fixas ¹	24105 €	27196 €	28220 €	29173 €
Quotas Atuariais ²	69423 €	70364 €	6838 €	68438 €
Pensões em Formação	488851 €	505003 €	523424 €	541236 €
R. Matemáticas ³	3.205271 €	3.191476 €	3173819 €	3230817 €
R. Matemáticas ⁴	2.383724 €	2.369747 €	2303812 €	2324997 €

Pensões Pagamento	691	645	616	567
Volume Pensões	156291 €	145979 €	140648 €	133265 €
Quotas	00,00 €	00,00 €	00,00 €	00,00 €
R. Matemáticas ⁵	1192269 €	1093956 €	1031936 €	962133,82 €

RESERVA BALANÇO	4397540 €	4285432 €	4205756 €	4192950 €
------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: Relatório Atuarial

¹ Quotas fixas ¹: cobradas pelos associados de acordo com o seu posto profissional;

Quotas atuariais ²: quotas devidas se fosse aplicada a idade atuarial do associado, conforme bases técnicas de transição, entregues na Direção Geral da Segurança Social (DGSS);

R.M. ³: Reservas Matemáticas provenientes de quotas fixas;

R.M. ⁴: Reservas Matemáticas provenientes de quotas atuariais;

R.M. ⁵: Reservas matemáticas relativas às pensões em pagamento

De Associados Para Associados

As **reservas matemáticas** são os fundos que a instituição deve constituir para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades futuras com as pensões de sobrevivência.

As **pensões de sobrevivência em formação** correspondem a direitos que ainda não deram origem ao pagamento de uma pensão, mas que poderão vir a gerar essa prestação no futuro.

As **pensões de sobrevivência em pagamento** são as pensões que já estão a ser pagas aos respetivos beneficiários.

A **evolução durante o exercício de 2025** refere-se à variação do valor dessas reservas ao longo do ano de 2025, em comparação com os anos anteriores. Tendo em consideração os quadros anteriores, verifica-se nos últimos anos uma diminuição de beneficiários com pensões a pagamento, que deriva essencialmente do incumprimento estatutário da obrigação de fazer a prova de vida anual.

3.1. Estrutura etária dos beneficiários de pensões em pagamento

A estrutura etária dos beneficiários das pensões em pagamento não deixa de merecer a nossa atenção, tendo em conta que dos 567 pensionistas com pensões a pagamento, 423 têm mais de 80 anos, dos quais 144 completaram a idade de 90 ou mais anos.

Figura 4 Panorama geral de pensões de sobrevivência em 2025

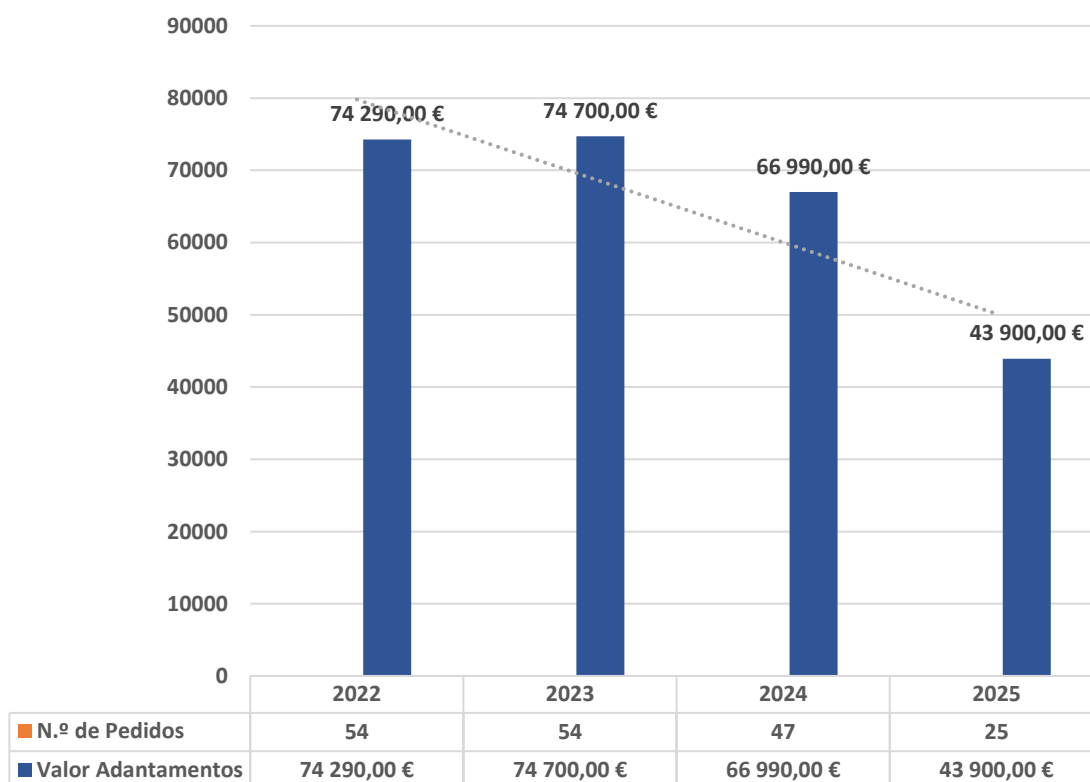


4. Adiantamentos sobre as Reservas Matemáticas

No que respeita aos adiantamentos sobre as reservas matemáticas ou sobre as quotas pagas, estes constituem um instrumento de natureza financeira disponibilizado aos associados do MONTEPIO, permitindo-lhes o acesso a liquidez mediante a atribuição de um capital a título de adiantamento. Este mecanismo destina-se a apoiar a satisfação de necessidades decorrentes de despesas extraordinárias e imprevistas, nomeadamente de carácter social, de saúde ou relacionadas com a promoção da qualidade de vida e do bem-estar, sendo concedido nos termos e condições previamente definidos e acordados entre as partes.

Em termos comparativos com os exercícios anteriores, verificou-se, em 2025, uma redução significativa do número de adiantamentos solicitados e atribuídos, em particular quando comparado com o triénio precedente. Durante o exercício foram concedidos 25 adiantamentos sobre reservas matemáticas, correspondendo a um montante global de 43.900 €, o que evidencia uma diminuição substancial da procura por este instrumento de apoio financeiro.

Figura 5 Movimento de adiantamentos a associados entre 2022 e 2025

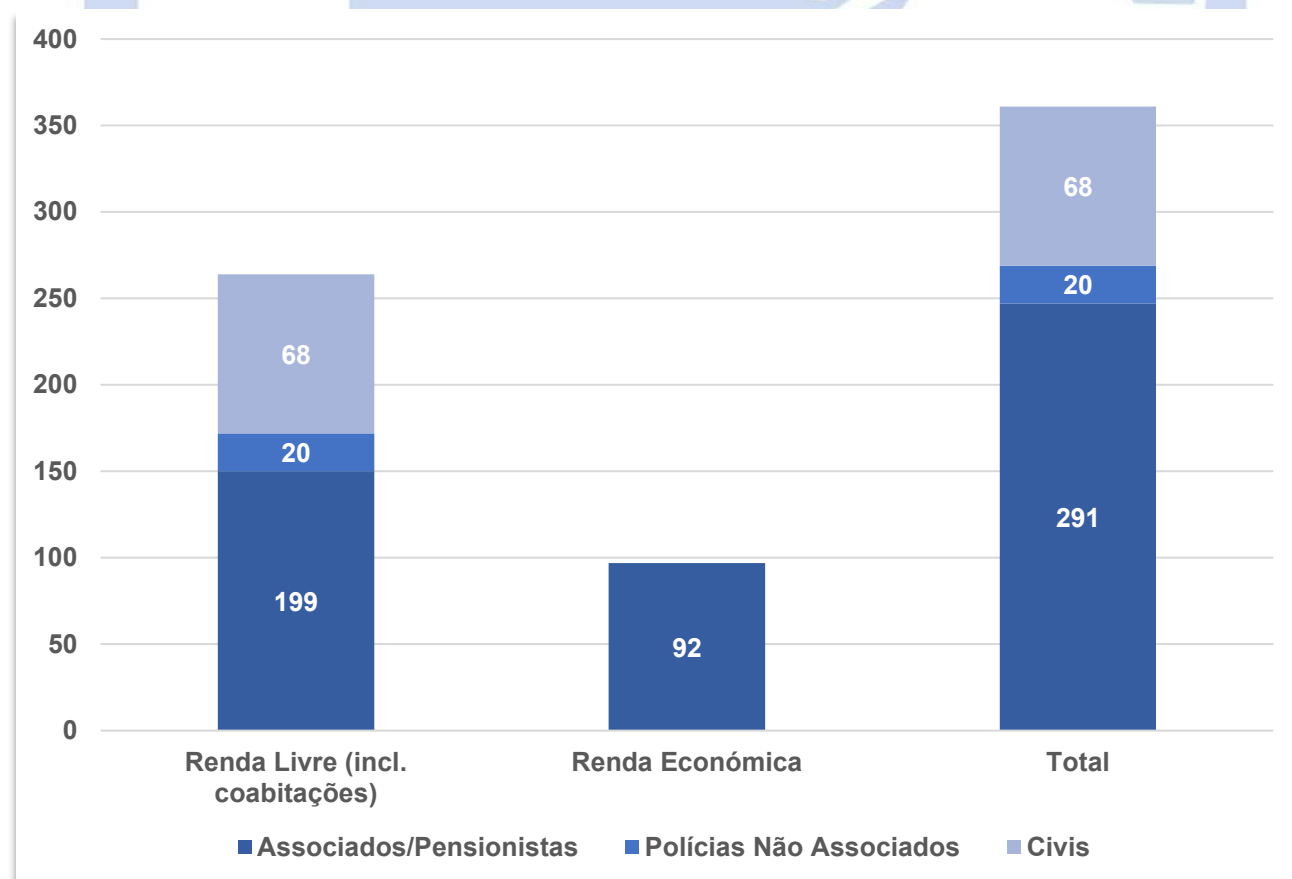


5. Arrendamento de imóveis habitacionais/comerciais

5.1 Aumento de rendas (habitacionais e comerciais)

Em novembro de 2024, a Direção deliberou proceder à atualização das rendas para o exercício de 2025, aplicando o coeficiente de atualização anual das rendas habitacionais apurado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), fixado em 2,16%, a todos os contratos de arrendamento em vigor. Esta medida enquadrou-se na necessidade de assegurar a sustentabilidade económico-financeira da Instituição, bem como de garantir os investimentos necessários à conservação, valorização e reabilitação do seu património imobiliário.

Figura 6 Ocupação de imóveis para fins habitacionais a 31/12/2025



5.2 Concursos para atribuição de apartamentos de renda económica

Durante o exercício de 2025, não foram promovidos novos concursos para atribuição de habitações em regime de renda económica. Contudo, no âmbito do concurso de renda económica lançado em outubro de 2024, cujos resultados definitivos foram homologados e divulgados em fevereiro de 2025, foram celebrados seis contratos de arrendamento ao longo do referido exercício.

A concretização destes contratos permitiu dar resposta às candidaturas selecionadas no âmbito daquele procedimento concursal, contribuindo para a prossecução dos objetivos sociais da Instituição em matéria de apoio habitacional.

5.3 Contratos de arrendamento para apartamentos em regime de renda livre

No exercício de 2025, foram celebrados 18 contratos de arrendamento de habitações em regime de renda livre com associados do MONTEPIO. Quanto à caracterização profissional dos arrendatários, catorze pertenciam à categoria de Agentes, dois à categoria de Chefes e dois à categoria de Oficiais.

Esta distribuição evidencia uma predominância de arrendatários integrados na categoria de Agentes, refletindo a procura deste regime habitacional por parte deste segmento do universo associativo.

5.4 Coabitações

No decurso do exercício de 2025, e em resposta à procura contínua de quartos em regime de coabitação, foram mantidas em funcionamento as dezasseis unidades de coabitação existentes em 2024, tendo sido ainda criadas duas novas unidades, uma masculina e outra feminina, localizadas na freguesia de Arroios.

Adicionalmente, a única unidade de coabitação em regime misto foi objeto de reconfiguração, passando a funcionar exclusivamente em regime feminino, em consonância com a procura verificada e as necessidades de alojamento identificadas.

Figura 7 Ocupação de imóveis por sexo

Masculina	Feminina
11	7
Total: 18	

No ano de 2025, foram celebrados vinte e seis contratos de arrendamento para quartos de coabitação a associados, vinte e quatro na carreira de Agente e dois na carreira de Oficial.

Figura 8 Arrendamento habitacional em quartos de coabitação em 2025, por categoria profissional

Agentes	Oficiais
24	2
Total: 26	

5.5 Informação acerca do número de apartamentos atribuídos ao abrigo da política de emergência social / Protocolo de Cooperação SSPSP

No decurso do exercício de 2025, foi celebrado um contrato de arrendamento em regime de renda livre por motivo de emergência social, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 3.º do Regulamento de Renda Livre em vigor. O referido contrato foi celebrado pelo prazo de um ano, sem possibilidade de renovação.

Por outro lado, no âmbito do Protocolo de Cooperação Institucional estabelecido com os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (PSP), destinado à promoção de apoio social e habitacional, não se registou, durante o exercício de 2025, a celebração de quaisquer contratos de arrendamento ao abrigo daquele instrumento de cooperação.

5.6 Informação acerca do número de estabelecimentos comerciais arrendados/livres

No que respeita ao património afeto a fins comerciais, registou-se, durante o exercício de 2025, a celebração de quatro contratos de arrendamento destinados a estabelecimentos comerciais e/ou de prestação de serviços, bem como de dois contratos de arrendamento relativos a espaços de arrecadação com associados. Deste modo, foram formalizados, no decurso do referido exercício, seis novos contratos de arrendamento para fins comerciais, contribuindo para a valorização e rentabilização do património imobiliário da Instituição.

6. Património imobiliário

O MONTEPIO é detentor de um vasto e diversificado património imobiliário, predominantemente localizado no concelho de Lisboa, estendendo-se igualmente ao concelho de Cascais. Este património constitui o resultado de um esforço continuado desenvolvido ao longo de quase um século de existência da Instituição, sendo maioritariamente composto por imóveis destinados à habitação, complementados por um conjunto de espaços afetos a atividades comerciais e de prestação de serviços.

É através deste património que o MONTEPIO continua a desempenhar um papel de reconhecida relevância social, proporcionando respostas habitacionais aos seus associados e aos profissionais da Polícia de Segurança Pública em geral, contribuindo de forma significativa para a mitigação das dificuldades de acesso à habitação, num contexto particularmente exigente e desafiante.

Neste enquadramento, o MONTEPIO assume o compromisso permanente de preservar, valorizar e rentabilizar o seu património imobiliário, promovendo a sua conservação, reabilitação e modernização através de intervenções realizadas por entidades especializadas e tecnicamente qualificadas, assegurando elevados padrões de qualidade, rigor e responsabilidade.

A prossecução desta estratégia visa não apenas garantir a sustentabilidade e valorização dos ativos patrimoniais da Instituição, mas também reforçar a sua capacidade de resposta às crescentes necessidades sociais dos associados, gerando simultaneamente receitas que permitam consolidar a atividade mutualista e assegurar a realização de novos investimentos em benefício da comunidade associativa.

6.1. Reabilitação do edifício da Rua António Pedro, n.º 24:

No que diz respeito ao edifício da Rua António Pedro, n.º 24, importa referir que após a aprovação do projeto de arquitetura para o edifício, na sequência do despacho favorável da Câmara Municipal de Lisboa (CML), o projeto entrou numa nova fase, nomeadamente, com a apresentação por parte do gabinete de arquitetura responsável da estimativa do custo de obra no valor total de 4 030 000 € (quatro milhões e trinta mil euros). Mais se informa que à data deste relatório já foi aberto o concurso para diretor de obra e fiscalização, cuja duração de execução será de 2 anos e a licença da Câmara Municipal de Lisboa já foi emitida.

6.2. Ações de Supervisão

As ações de supervisão constituem um instrumento de elevada relevância para a gestão e valorização do património do MONTEPIO, visando assegurar a utilização eficiente e sustentável dos recursos patrimoniais e financeiros da Instituição, em particular no âmbito da reabilitação e conservação do seu edificado.

Neste contexto, os trabalhadores e dirigentes com competências nesta área procedem ao acompanhamento e monitorização permanentes dos diversos processos de intervenção patrimonial, garantindo um controlo rigoroso em todas as fases de execução. Este acompanhamento inicia-se com a análise técnica e financeira dos orçamentos apresentados, prossegue durante a execução das empreitadas, através da verificação

regular dos trabalhos realizados, e culmina na fase de receção das obras, após a respetiva conclusão. Sempre que se revele necessário, este processo é complementado pelo recurso a apoio técnico especializado e assessoria jurídica, assegurando o cumprimento dos requisitos legais, técnicos e contratuais aplicáveis.

A implementação deste modelo de supervisão, adotado desde 2022, tem-se revelado um importante instrumento de gestão, cujos benefícios se refletem de forma direta e indireta na sustentabilidade económico-financeira do MONTEPIO. Paralelamente, tem contribuído para o reforço da organização, racionalização e melhoria dos processos de trabalho, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e uma redução significativa da despesa associada às intervenções realizadas.

Face ao exposto, é possível assinalar a realização de 166 ações de supervisão durante o ano de 2025:

- **ASEA** – Ação de Supervisão de Entrega de Apartamento – 15
- **ASEQ** – Ação de Supervisão de Entrega de Quarto – 13
- **ASEL** – Ação de Supervisão de Entrega de Loja – 1
- **ASPT** – Ação de Supervisão de Progressos no Trabalho – 40
- **ACST** – Ação de Supervisão para Conclusão dos Trabalhos – 47
- **ASD** – Ação de Supervisão Diversa – 50

6.3. Gabinete técnico

A equipa técnica afeta à gestão do património imobiliário é constituída por dois engenheiros civis e um arquiteto, assegurando o acompanhamento integrado das necessidades técnicas associadas ao parque imobiliário do MONTEPIO.

Durante o exercício de 2025, registou-se um elevado volume de solicitações e intervenções, com particular incidência nas áreas da manutenção, reabilitação, conservação e gestão técnica dos ativos imobiliários, exigindo uma resposta permanente, estruturada e tecnicamente sustentada. Neste âmbito, a equipa técnica desempenhou um papel determinante no planeamento, acompanhamento e fiscalização das diversas intervenções realizadas, garantindo a observância dos padrões de qualidade, segurança, funcionalidade e eficiência adequados à preservação e valorização do património institucional.

A atividade desenvolvida contribuiu, de forma significativa, para a manutenção das condições de habitabilidade, segurança e utilização dos imóveis, bem como para a prossecução da estratégia de valorização patrimonial e sustentabilidade definida pelo MONTEPIO.

6.3.1 Atividades Desenvolvidas

- Planeamento e Preparação de Intervenções de Reabilitação e Conservação
- Avaliação e Análise de Propostas Técnicas e Orçamentais

- Supervisão, Acompanhamento e Fiscalização de Empreitadas
- Gestão Técnica de Reclamações, Ocorrências e Manutenção do Património
- Elaboração de Mapas de Quantidades, Medições e Estimativas de Custo
- Coordenação Técnica e Apoio à Gestão e Valorização Patrimonial

Durante o exercício de 2025, o Gabinete Técnico assegurou uma resposta contínua e especializada às necessidades técnicas associadas ao parque imobiliário do MONTEPIO, garantindo o acompanhamento eficaz de múltiplas intervenções em simultâneo e prestando apoio qualificado aos órgãos de gestão através da emissão de pareceres técnicos devidamente fundamentados.

A sua atuação permitiu reforçar o controlo técnico das diversas empreitadas e intervenções realizadas, contribuindo para a qualidade, adequação e durabilidade das soluções executadas, bem como para a mitigação dos riscos associados a intervenções insuficientemente definidas, planeadas ou executadas.

No decurso do ano de 2025, o Gabinete Técnico interveio em 33 frações imobiliárias, tendo sido registados 135 pedidos de intervenção, dos quais 105 foram integralmente resolvidos durante o mesmo exercício. Estes pedidos deram origem a um conjunto diversificado de trabalhos, abrangendo desde pequenas reparações e ações de manutenção corrente até intervenções de maior complexidade e dimensão, designadamente ao nível da reabilitação e conservação de fachadas e outros elementos estruturais do edificado.

6.4. Valor do património imobiliário

Figura 9 Relação de imóveis e sua valorização a 31/12/20251

N.º Prédio	Morada	Freguesia	Artigo Matricial	Data Aquisição	Valor patrimonial a 31/12/2025
1	AV. Almirante Reis, 62	ARROIOS	3552	29/07/1930	1 546 430,87 €
2	AV. Almirante Reis, 150	ARROIOS	2233	30/10/1933	879 952,82 €
3	AV. Almirante Reis, 152	ARROIOS	1157	30/10/1933	980 728,57 €
4	R. António Pedro, 24	ARROIOS	937	20/11/1933	1 010 890,00 €
5	R. Leão Oliveira, 4	ALCÂNTARA	805	02/03/1935	514 650,70 €
6	AV. Elias Garcia, 181	AVENIDAS NOVAS	1191	07/05/1935	429 098,36 €
7	AV. Elias Garcia, 175	AVENIDAS NOVAS	1185	27/07/1935	440 271,40 €
8	AC. C. Valbom, 120	AVENIDAS NOVAS	1107	29/07/1936	692 997,76 €
9	AV. Elias Garcia, 176	AVENIDAS NOVAS	1165	15/11/1937	1 030 894,33 €
10	Alam. D. Afonso Henriques, 50	AREEIRO	848	14/07/1938	550 663,90 €
11	AV. Berna, 33	AVENIDAS NOVAS	1219	11/08/1938	1 121 258,98 €
12	R. Ilha S. Tomé, 12	ARROIOS	3332	12/08/1941	774 671,94 €
13	R. Cavaleiro Oliveira, 38	ARROIOS	1278	26/06/1942	294 723,17 €
14	R. António Pedro, 17	ARROIOS	1306	15/04/1944	527 193,90 €
15	R. Triangulo Vermelho, 12	PENHA FRANÇA	2633	31/10/1947	465 759,19 €
16	AV. Madrid, 28	AREEIRO	1533	13/01/1951	741 281,77 €
17	AV. Madrid, 16	AREEIRO	841	17/03/1951	1 094 617,34 €
18	AV. EUA, 16	ALVALADE	325	20/02/1953	1 588 437,06 €
19	Calçada das Necessidades, 16	ESTRELA	1614	18/05/1956	909 795,48 €
20	Largo Cidade do Sal, N.º 5	CASCAIS	2304	01/09/1958	120 887,20 €
21	Trav. Cidade Cantagalo, BL. 2	CASCAIS	16572	01/09/1958	109 927,50 €
22	Rua Cidade Xai Xai, Bloco 3	CASCAIS	15876	01/09/1958	172 753,30 €
23	R. Quinta do Jacinto 41	ALCÂNTARA	1155	28/10/1960	270 024,48 €
24	R. Quinta do Jacinto 43	ALCÂNTARA	1156	28/10/1960	269 823,97 €
26	AV. Roma, 90	ALCÂNTARA	1157	28/10/1960	1 969 468,46 €
27	R. S. Bernardo, 27	ALVALADE	2190	22/11/1961	1 347 138,77 €
28	R. Ramalho Ortigão, 43	CAMPO OURIQUE	1005	27/12/1961	936 108,80 €
29	R. Correnteza, 39	AVENIDAS NOVAS	954	27/07/1963	854 683,75 €
30	Rua do Chibuto, LT 405	BELÉM	1422	16/12/1963	297 751,01 €
31	Rua do Chibuto, LT 406	OLIVAIS	2455	24/06/1966	350 660,27 €
32	Rua do Chibuto, LT 407	OLIVAIS	2456	24/06/1966	297 751,01 €
33	Rua do Chibuto, LT 408	OLIVAIS	2457	24/06/1966	355 563,53 €
34	R. Arco Carvalhão, 191	OLIVAIS	2454	24/06/1966	1 144 063,23 €
35	R. A. Maria Matos, LT 1124	CAMPO OURIQUE	2374	28/11/1966	1 016 925,28 €
36	R. A. Maria Matos, LT 1125	BENFICA	2083	16/06/1969	1 016 925,28 €
37	R. Francisco Metrass, 30	BENFICA	2084	16/06/1969	1 294 981,61 €
TOTAL					27 419 754,99 €

OBS.: Estes valores resultam da avaliação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos do art.º 38.º e seguintes do CIMI e do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, reportados a 31/12/2025.

7. Eventos realizados durante o ano de 2025

O MONTEPIO, apesar do seu fim maioritariamente social, tem-se afirmado ainda, como um centro difusor de cultura e de informação sobre parte da história do nosso país, da Polícia e da nossa sociedade. Para alcançar este propósito, no âmbito de um conjunto de iniciativas para assinalar o 100.º aniversário do MONTEPIO e de reconhecimento dos seus mentores, Comandante Ferreira do Amaral e Comissário Lino D' Oliveira, tem realizado vários eventos, que contam com a participação dos seus associados, funcionários e respetivas famílias, antigos e atuais dirigentes dos Órgãos Sociais, ilustres personalidades ligadas à Polícia, nomeadamente, suas Ex.^{as}, o Diretor Nacional da PSP, o Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), o Secretário-Geral dos Serviços Sociais da PSP, o Senhor Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS), a Diretora do Museu da PSP (MUP), o Maestro da Banda Sinfónica da PSP e outros convidados, que constituem um marco assinalável na história do MONTEPIO.

7.1. MONTEPIO da Pequenada

O Montepio da PSP de Lisboa realizou, pelo segundo ano consecutivo, entre os dias 2 e 4 de julho, mais uma edição do Montepio da Pequenada. A edição deste ano, aberta também aos filhos dos sócios, deu continuidade ao objetivo de proporcionar às crianças e jovens do Montepio momentos de grande lazer e diversão. Participaram 12 crianças, com idades compreendidas entre os 4 e os 14 anos, que ao longo de três dias desfrutaram de momentos de grande alegria e muita animação. Este evento teve um custo total de 3 215 €, que inclui para além das refeições das crianças, o seguro de acidentes pessoais, os materiais de diversão, entre outros.

7.2. Missa de Sufrágio

Cerimónia religiosa realizada todos os anos em memória dos associados falecidos, e que conta com a presença emocionada das viúvas e pensionistas do Montepio, com um custo total de 284,74 €, referente ao coffee break, águas e flores.

7.3 II Encontro de Polícias Escritores

O II Encontro de Polícias Escritores, realizado no dia 15 de maio de 2025, constituiu um momento cultural de grande relevância, que permanecerá na memória e na história do Montepio da PSP de Lisboa.

Organizado pelo Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória (CADI-EM), o evento decorreu no Auditório Comandante Ferreira do Amaral, situado na Avenida Almirante Reis, n.º 152-A, em Lisboa, integrando-se no programa comemorativo do I Centenário do Montepio da PSP de Lisboa (1927-2027).

Esta segunda edição contou com a participação de cinco polícias escritores, que apresentaram as suas obras e partilharam reflexões sobre diferentes temáticas. O Superintendente-Chefe Pedro Clemente abordou o tema *Cidadania, Polícia e Segurança*; o Subintendente João Afonso apresentou a obra *Quinas e o Segredo de Ninkasi*; o Agente Principal João Dórdio deu a conhecer *O Suspiro de Odin*; o Intendente Ezequiel Rodrigues apresentou o romance *Ódios de Fronteiras*; e o Agente Principal Miguel França partilhou a sua reflexão através da obra *Entre o Estoicismo e a Liberdade: Reflexões de um Polícia-Escritor*.

À semelhança da edição anterior, a moderação esteve a cargo da Dra. Tânia Vilhena, coordenadora do CADI-EM. O encontro contou ainda com a presença dos membros dos Órgãos Sociais do Montepio da PSP de Lisboa, destacando-se as intervenções do Presidente da Direção, Chefe Coordenador Álvaro da Silva Marçal, que procedeu à abertura da sessão, e do Vogal da Direção, Intendente Tiago Gonçalves, responsável pelo encerramento dos trabalhos.

O evento teve início com um momento surpresa de elevado significado cultural: a declamação do poema *Mar Português*, de Fernando Pessoa, pelo Mestre Francisco Shen.

A presença do Exmo. Diretor Nacional da PSP, Luís Carrilho, do Comandante do COMETLIS, Luís Elias, e do Presidente da Assembleia Geral do Montepio da PSP de Lisboa, Pedro Sousa, constituiu motivo de especial gratidão e satisfação para o Montepio, representando um importante reconhecimento do talento e da dimensão cultural dos profissionais da Polícia.

Tal como aconteceu na edição de 2024, este encontro teve como principal objetivo promover a vida cultural do Montepio, da Polícia e da sociedade em geral, proporcionando a todos os participantes um conhecimento mais aprofundado sobre os polícias que, para além do exercício das suas funções profissionais, enriquecem a comunidade através da escrita, da reflexão e da criação artística. As suas obras constituem um valioso contributo para a cultura, permitindo ao público contactar com diferentes perspetivas, experiências e formas de expressão literária.

7.4 Montepio Inaugura Novo Projeto de Coabitação em Lisboa

No dia 16 de abril de 2025, o Montepio da PSP inaugurou o seu novo projeto de coabitação, localizado na Avenida Almirante Reis, n.º 62, R/C Dt.º em Lisboa. Esta nova resposta habitacional é composta por vários apartamentos de tipologia T0, totalmente equipados e concebidos para proporcionar aos associados uma solução de alojamento moderna, confortável e ajustada às suas necessidades.

A cerimónia de inauguração contou com a presença de diversos associados, que tiveram a oportunidade de visitar os apartamentos acompanhados pelo Presidente da Direção, Chefe Coordenador Álvaro da Silva Marçal, bem como por membros da Direção, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral.

Após a visita, os participantes reuniram-se no Centro de Convívio do mesmo edifício para um pequeno-almoço de convívio, num ambiente de proximidade e partilha. Este momento permitiu também o esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e as condições de acesso à nova resposta habitacional.

O Montepio da PSP agradece a participação de todos os associados que marcaram presença nesta iniciativa e reafirma o seu compromisso de continuar a desenvolver soluções inovadoras e diferenciadas, capazes de responder de forma eficaz aos desafios e necessidades dos seus membros.

Com este novo projeto, a instituição reforça a sua missão de apoio, proteção e solidariedade, proporcionando uma resposta habitacional acolhedora e funcional, que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos associados.

O Montepio da PSP continuará a trabalhar na criação de respostas cada vez mais adequadas às necessidades da sua comunidade associativa, consolidando o seu papel como instituição de referência no apoio social aos profissionais da Polícia de Segurança Pública.

8. CADI-EM – Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória

O CADI-EM – Centro de Arquivo, Documentação e Informação – Espaço Memória, durante o ano de 2025, continuou a desenvolver os seus segmentos de trabalho nas diversas áreas de atuação:

8.1. Arquivo

- a) **Arquivo histórico:** continuação da elaboração de inventários e de levantamento das massas documentais acumuladas, incluindo o levantamento de registos em livro antigo e o levantamento documental dos processos relativos ao edificado do Montepio, com vista ao apoio do GT - Gabinete Técnico para as suas tomadas de decisão mais assertiva, assim como a transcrição das atas, das décadas de 30 a 50 dos Órgãos Sociais, que tem o propósito de auxiliar o estudo sobre a história do Montepio.
- b) **Arquivo intermédio:** Criação de procedimentos para a requisição de documentos e/ou de informação ao CADI-EM, nomeadamente a elaboração de guias de remessa de documentos com 5 ou mais anos e cuja consulta pelo serviço/departamento de origem não seja permanente.
- c) **Arquivo corrente:** desde a criação do CADI-EM que o arquivo corrente se tornou uma prioridade do centro de arquivo e de todos os departamentos envolvidos. Este segmento de trabalho está diretamente relacionado com a gestão dos serviços e dos recursos humanos disponíveis, que ocupam cerca de 80% da coordenação do CADI-EM.

Foram criadas instruções de serviço a fim de regulamentar alguns procedimentos e ações de todos os departamentos do Montepio, assim como a criação de ferramentas para a monitorização de toda a atividade da instituição.

A organização e tratamento do arquivo corrente é de extrema importância na medida em que facilita os fluxos de informação e coloca os documentos e as tecnologias ao serviço da informação e dos departamentos. Nesse sentido, e fazendo-o de forma faseada e ao ritmo das necessidades e capacidades dos serviços, foram feitas instruções de trabalho com o objetivo de compilarmos uma coleção de ferramentas

De Associados Para Associados

informáticas para a futura realização de um manual de procedimentos interno. O trabalho do CADI-EM tem incidido em toda a reestruturação de processos e fluxos documentais, quer físicos quer digitais, sendo este último relativo ao desenvolvimento das bases de dados em uso e, na reorganização do servidor local, com perspetiva de migração da informação para novas tecnologias.

8.2. Biblioteca Comissário Lino d'Oliveira

Durante o ano de 2024, a Direção do Montepio da PSP de Lisboa decidiu criar, além de uma biblioteca especializada com temas como o mutualismo, ação social, história e história social, uma biblioteca generalista que tem como missão o apoio direto aos associados e pensionistas e, de futuro, aliar-se ao gabinete de ação social do Montepio para atividade do centro de convívio. Revê-se numa dinâmica de apoio social e cultural que contribuirá para o melhoramento da qualidade de vida dos nossos associados.

A biblioteca especializada tem como objetivo a promoção e o apoio ao estudo, à investigação de temas como a mutualidade, a história da polícia e a ação social de classe.

Em 2025, a Biblioteca teve um investimento cerca de 8 100 €.

II - BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

1 Demonstrações Financeiras

1.1 Balanço

Figura 10 Balanço

Rubrica	Notas	2025	2024	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	1)	48 232,99 €	16 997,35 €	183,8%
Ativos intangíveis	2)	4 987,40 €		
Investimentos financeiros		30 935 514,15 €	28 616 454,34 €	8,1%
Associados	3)	28 520,85 €		
Outros créditos e ativos não correntes			1 718,60 €	-100,0%
Total ativo não corrente		31 017 255,39 €	28 635 170,29 €	8,3%
Ativo corrente				
Inventários		51 920,00 €	51 920,00 €	0,0%
Créditos a receber	4)	4 456,08 €		
Associados			89 694,77 €	-100,0%
Diferimentos	5)	111 153,12 €		
Outros ativos correntes	6)	133 850,91 €	679,00 €	19612,9%
Caixa e depósitos bancários	7)	7 324 858,84 €	6 768 256,66 €	8,2%
Total ativo corrente		7 626 238,95 €	6 910 550,43 €	10,4%
Total ativo		38 643 494,34 €	35 545 720,72 €	8,7%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Excedentes de revalorização	8)	34 406 581,08 €	26 762 633,07 €	28,6%
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9)	-238 594,36 €		
Resultados transitados			3 878 627,12 €	-100,0%
Resultado líquido do período		115 398,74 €	656 299,52 €	-82,4%
Total fundos patrimoniais		34 283 385,46 €	31 297 559,71 €	9,5%
Passivo não corrente				
Provisões específicas	10)	4 222 702,95 €	4 205 756,71 €	0,4%
Total passivo não corrente		4 222 702,95 €	4 205 756,71 €	0,4%
Passivo corrente				
Fornecedores	11)	88 655,28 €	4 135,65 €	2043,7%
Estado e outros entes públicos	12)	8 433,74 €	9 878,17 €	-14,6%
Outros passivos correntes	13)	40 316,91 €	28 390,48 €	42,0%
Total passivo corrente		137 405,93 €	42 404,30 €	224,0%
Total passivo		4 360 108,88 €	4 248 161,01 €	2,6%
Total fundos patrimoniais e passivo		38 643 494,34 €	35 545 720,72 €	8,7%

1.1.1 Notas ao Balanço

1) Ativos Fixos Tangíveis

Ativos fixos tangíveis são bens físicos detidos por uma entidade para utilização duradoura no desenvolvimento da sua atividade, não se destinando à venda no decurso normal das operações e esperando-se que sejam utilizados por um período superior a um ano.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), incluem-se nesta rubrica os bens tangíveis que a entidade utiliza para produzir bens ou prestar serviços, para arrendamento a terceiros ou para fins administrativos.

No contexto do MONTEPIO, os ativos fixos tangíveis correspondem sobretudo ao seu património imobiliário, designadamente:

- Prédios habitacionais;
- Apartamentos;
- Quartos de coabitação;
- Espaços comerciais;
- Garagens, arrecadações e outros imóveis;
- Obras de reabilitação e valorização efetuadas nesses imóveis ;
- Computadores para o exercício das suas funções.

Neste caso, o aumento significativo de 31 235,64 € corresponde ao investimento em material informático, equipamento de som e imagem, impressoras, servidor, trabalho efetuado pelo Departamento de Sistemas de Informação e Infraestruturas (assessoria informática).

2) Ativos Intangíveis

Os **ativos intangíveis** correspondem a recursos não monetários identificáveis, sem substância física, detidos pelo Montepio para utilização duradoura no desenvolvimento da sua atividade. Integram esta rubrica, designadamente, os programas informáticos, licenças de utilização, aplicações tecnológicas e outros direitos suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros ou de contribuir para a prossecução dos objetivos institucionais do MONTEPIO. Em 2025, o Montepio adquiriu a licença do novo software de gestão e contabilidade, TOOnline, bem como licenças Microsoft e outras e de programas essenciais à equipa administrativa e técnica.

3) Associados

Numa associação mutualista como o MONTEPIO, esta rubrica está frequentemente relacionada com: **Adiantamentos sobre reservas matemáticas** concedidos aos associados. O saldo da rubrica «**Associados**» corresponde ao montante que, à data do balanço, ainda se encontra por receber dos associados relativamente a operações efetuadas pelo MONTEPIO.

4) Créditos a Receber

A rubrica «**Créditos a Receber**», incluída no Ativo Corrente, corresponde aos montantes devidos à Instituição por associados, arrendatários ou outras entidades, cuja realização financeira se prevê ocorrer no curto prazo. Estes créditos resultam da atividade corrente do MONTEPIO e refletem direitos de recebimento associados, designadamente, a rendas, quotas, participações, prestações de serviços ou outras operações desenvolvidas no âmbito da sua atividade.

5) Diferimentos

A rubrica «**Diferimentos**», incluída no Ativo Corrente, corresponde a gastos suportados pelo MONTEPIO durante o exercício de 2025, mas imputáveis a períodos futuros. Esta rubrica integra, nomeadamente, os montantes relativos a intervenções de reabilitação e conservação em curso, já faturadas e pagas durante o exercício, cuja execução e correspondente reconhecimento económico se prolongam para o exercício de 2026.

Figura 11 Outros gastos a reconhecer

Outros gastos a reconhecer - Obras Conservação e Reparação/Empreitadas	111 153,12 €
Reabilitação Empreitada em Rua Atriz Maria Matos lote 1125 - 4ºDRT.	16 523,38 €
Reabilitação Empreitada em Rua Atriz Maria Matos lote 1124 - 4ºFRT	12 357,81 €
Reabilitação Empreitada em Rua Atriz Maria Matos lote 1124 - 3ºFRT	18 356,37 €
Reabilitação Empreitada em Rua Atriz Maria Matos lote 1125 - 4º FRT	26 842,40 €
Reabilitação Empreitada em Rua do Chibuto Lote 407 - RCH ESQ.	17 421,10 €
Reabilitação Empreitada em Rua do Chibuto Lote 405.	19 652,06 €

6) Outros Ativos Correntes

No caso do Montepio, a rubrica «**Outros ativos correntes**» inclui valores associados às pensões de sobrevivência pagas durante 2025, relativamente aos quais a instituição detém um direito económico a realizar ou recuperar no curto prazo, neste caso, via quotas de associados.

7) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica «**Caixa e Depósitos Bancários**» correspondem a depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de alteração do seu valor.

No quadro seguinte apresentam-se os valores que compõem o saldo desta rubrica, destacando-se a conta a prazo constituída em 2025, com renovações mensais e uma taxa de rentabilidade de 2,5% ao ano. Esta aplicação proporciona uma maior flexibilidade na gestão da liquidez, permitindo a sua mobilização em cada data de renovação mensal.

Caixa-Caixa	7 660,49 €
Depósitos à ordem-CGD - 0697.072029.232	171 131,77 €
Depósitos à ordem-Montepio - 143.10.002846-1	5 240,90 €
Depósitos à ordem-Santander - 0001 0020 0847 620	3 792,75 €
Depósitos à ordem-Crédito Agrícola - 40310984506	25 000,00 €
Depósitos à ordem-Cartão Pré-Pago 8118	1 333,30 €
Depósitos à ordem-Cartão Pré-Pago 5095	8 848,30 €
Cartão Pré-Pago CGD	1 851,33 €
Conta Prazo MG-143-15.004325-3	650 000,00 €
Conta Prazo MG-786-15.004542-9	2 000 000,00 €
Conta Prazo MG-786-15.004543-7	2 000 000,00 €
Conta Prazo MG-786-15.004544-5	1 000 000,00 €
Conta Prazo MG-786-15.004545-2	500 000,00 €
Conta Prazo CGD - Renovável Mensalmente	950 000,00 €
TOTAL	7 324 858,84 €

8) Excedentes de revalorização

No caso do Montepio, os **excedentes de revalorização** podem resultar da atualização do valor de imóveis, terrenos ou outros ativos detidos pela instituição. Estes montantes reforçam os fundos próprios da entidade, mas não significam que tenha recebido dinheiro adicional. (Mapa 4 Relação de imóveis e sua valorização a 31/12/2025).

Saldo inicial Valor Autoridade Tributária a 31/12/2024	26 762 633,07 €
Reavaliação Imóveis Autoridade Tributária a 31/12/2025	2 530 431,97 €
Resultado Líquido a 31/12/2024	656 299,52 €
Resultados Transitados Anos Anteriores	3 878 627,12 €
Correção de Proveitos de anos Anteriores, nomeadamente de dívidas não existentes escrituradas em balancetes anteriores de valor significantes que aumentam o fundo patrimonial do Montepio e influenciaram o resultado líquido de anos anteriores e aumento	478 589, 37 €
Excedentes de revalorização	34 406 581,08 €

9) Ajustamentos/variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica reflete **ajustamentos patrimoniais** decorrentes de alterações de critérios de mensuração, correções de períodos anteriores ou outros movimentos que afetam diretamente os fundos próprios do Montepio, nomeadamente os ajustamentos das reservas matemáticas cujas pensões a pagamento diminuiram.

10) Provisões específicas

As **provisões específicas** decorrem de benefícios ou prestações futuras que o Montepio necessita de assegurar aos atuais pensionistas e aos associados que venham a sê-lo.

De acordo com o Relatório Atuarial do Montepio de 2025, os valores daquelas provisões, também designadas por Reservas Matemáticas, reportados à data de 31/12/2025 são respetivamente:

- **962 133,82 €** para os atuais pensionistas;
- **2 324 997 €** para os associados.

11) Fornecedores

O aumento verificado face a 2024 resulta essencialmente dos adiantamentos e investimentos associados a obras em curso, cujas adjudicações ocorreram no final de 2025. Inclui ainda valores objeto de contencioso com um empreiteiro relativamente a trabalhos não executados, estando em curso os procedimentos legais adequados para a defesa dos interesses do Montepio e eventual recuperação dos respetivos montantes.

12) Estado e outros entes públicos

O saldo constante do Balanço refere-se essencialmente aos encargos relativos aos salários de dezembro de 2025, entretanto já liquidados em janeiro de 2026.

13) Outros Passivos Correntes

Em «**Outros Passivos Correntes**» encontra-se registado o valor dos encargos com férias do pessoal, os quais, encontrando-se contabilizados como gasto em 2025, apenas serão liquidados em 2026, bem como outras despesas previsíveis, tais como água, seguros e eletricidade, cujos consumos respeitam a 2025, mas cuja faturação apenas ocorre em 2026.

1.2 Demonstração de Resultados por natureza

Figura 12 Rendimentos e Gastos

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024	%
Descrição				
Vendas e serviços prestados	1)	9 974,16	27 375,36	-64%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-72,71	-100%
Fornecimentos e serviços externos	2)	-430 205,12	-213 817,58	101%
Gastos com o pessoal	3)	-310 025,95	-405 930,31	-24%
Provisões (aumentos / reduções)	4)	69 802,95		
Provisões específicas (aumentos / reduções)	5)	-56 997,14	79 675,75	-172%
Outros rendimentos	6)	1 691 572,80	1 818 223,80	-7,0%
Outros gastos	7)	-792 396,39	-601 571,81	32%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		181 725,31	703 882,50	-74%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-222 513,43	-222 358,06	0,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		-40 788,12	481 524,44	-108%
Juros e rendimentos similares obtidos	8)	156 186,86	175 379,25	-11%
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos		115 398,74	656 903,69	-82%
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		115 398,74	656 903,69	-82%

1.2.1 Notas explicativas da Demonstração de Resultados

1) Vendas e Serviços Prestados

A diminuição verificada face ao ano anterior decorre da política de atualização e depuração do universo de associados, privilegiando o registo e acompanhamento dos associados efetivamente ativos e dos aposentados com quotas regularizadas, o que se refletiu numa redução significativa da receita proveniente desta rubrica.

2) Fornecimento e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos integra os gastos incorridos com a aquisição de bens e serviços necessários ao normal funcionamento da instituição, incluindo despesas com instalações, comunicações, serviços especializados, manutenção, seguros e demais serviços prestados por entidades externas.

A variação da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, face ao exercício anterior, resulta essencialmente do aumento dos gastos com os honorários, refletindo as necessidades operacionais da instituição durante o período.

Destacam-se algumas das despesas gerais ocorridas no Montepio:

Figura 13 Despesas Gerais

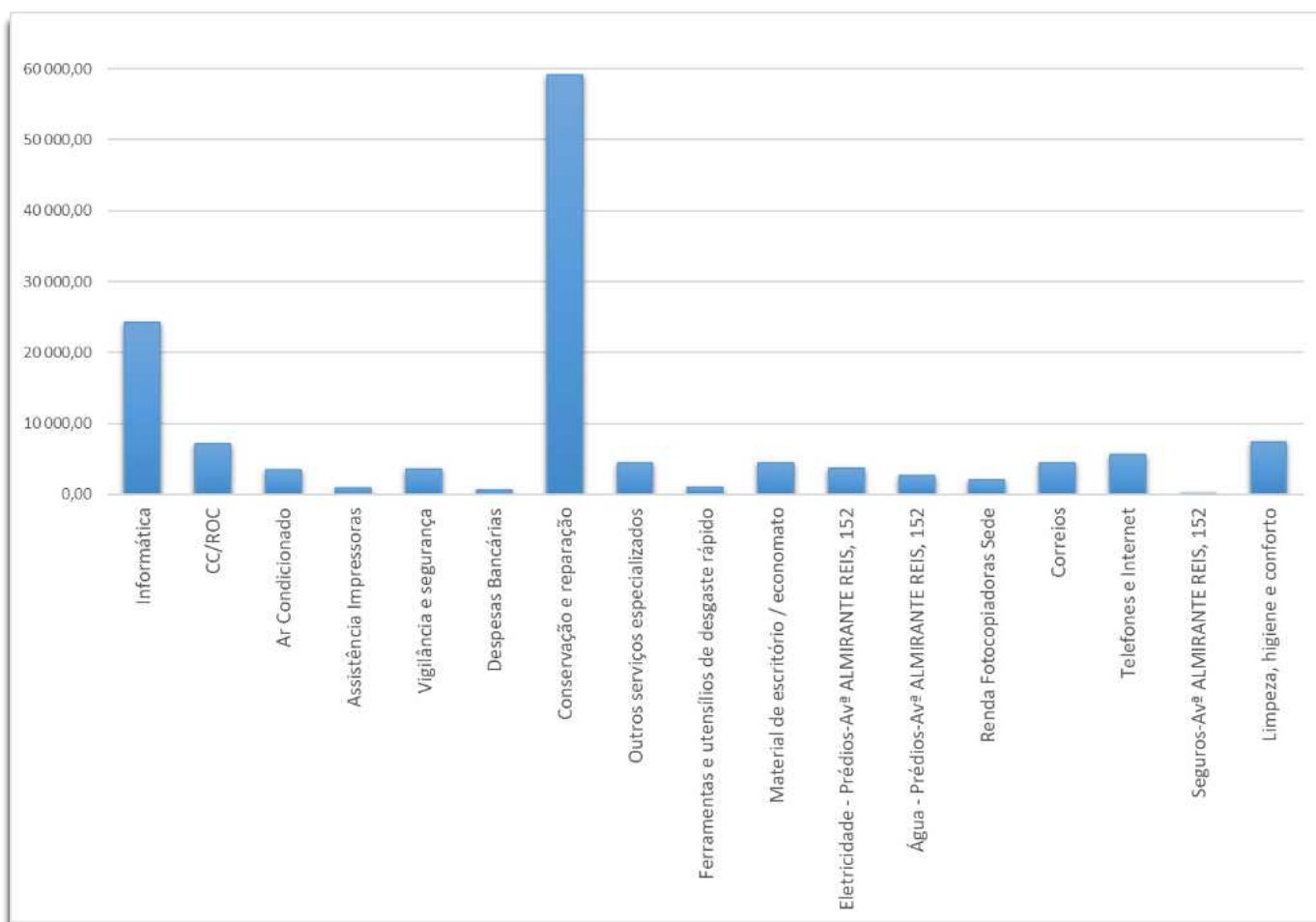


Figura 14 Honorários

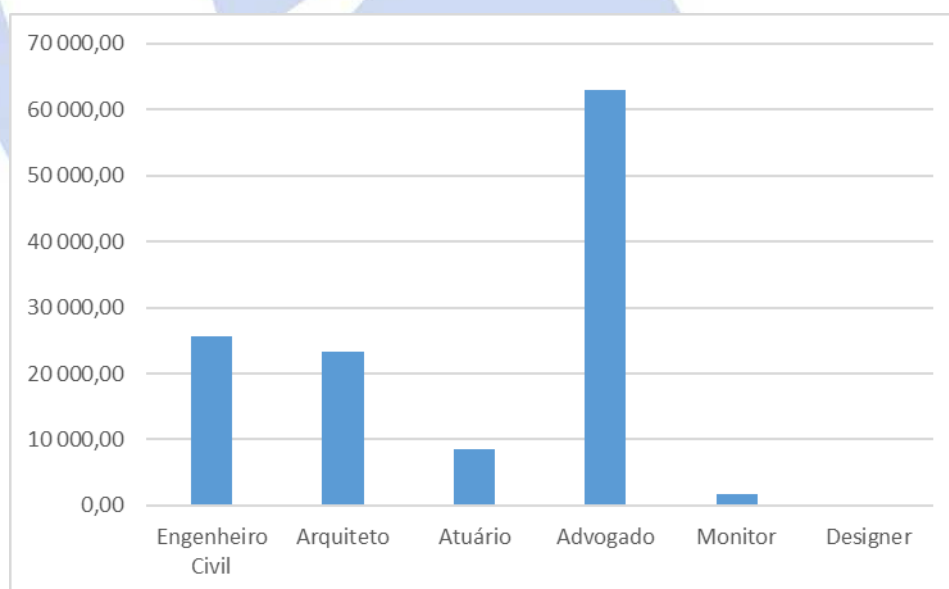


Figura 15 Artigos Para Oferta

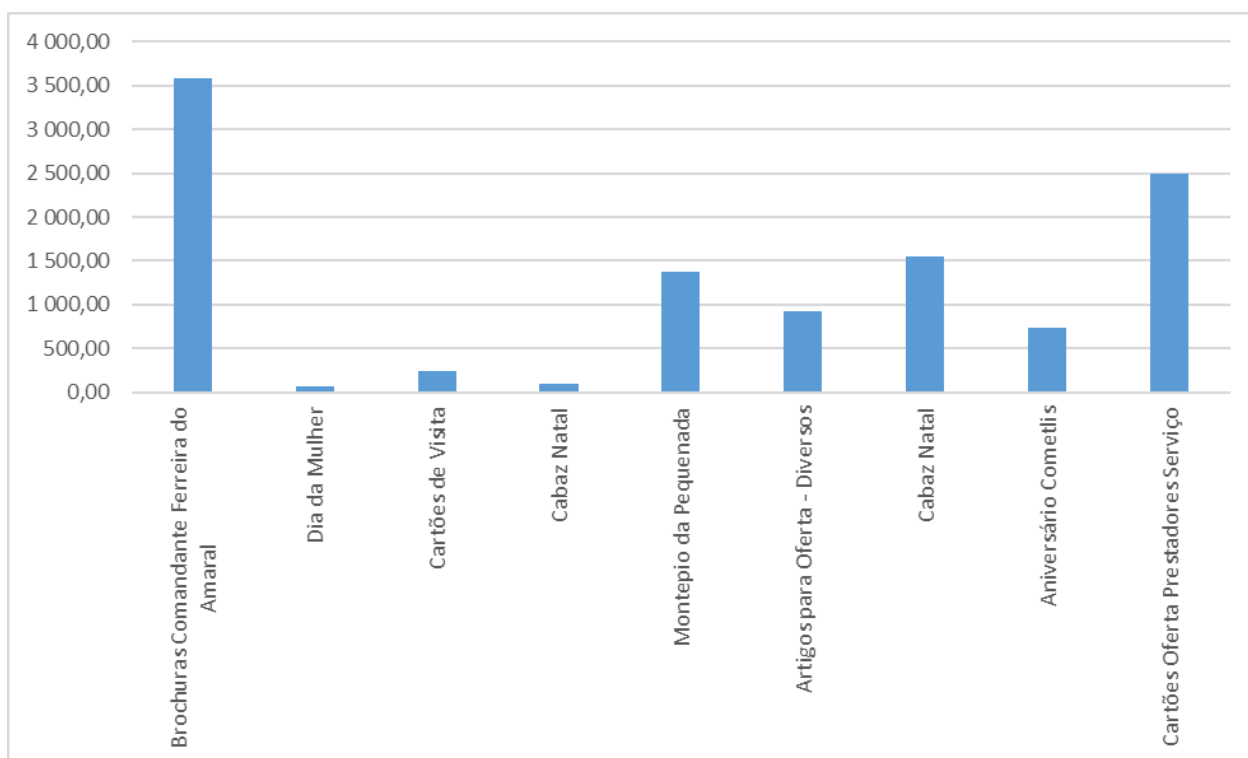
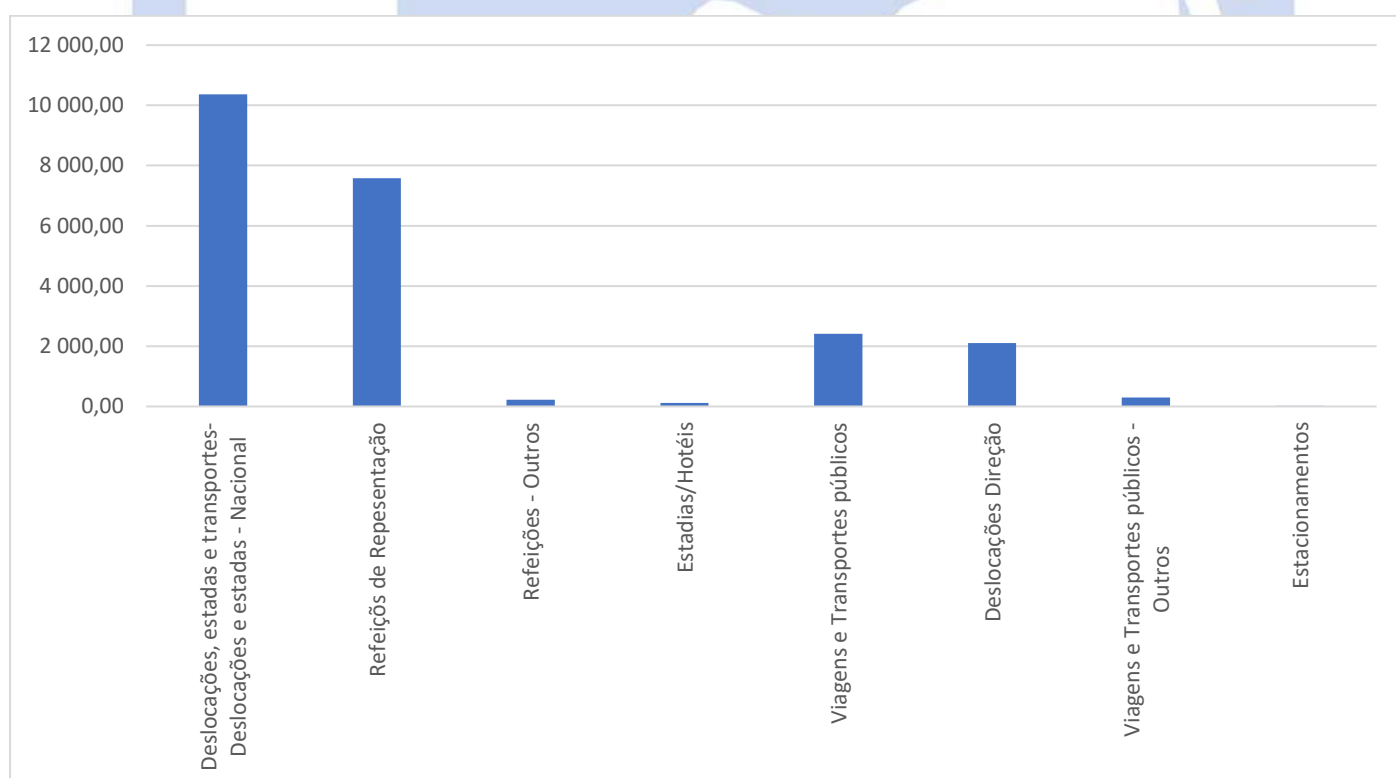


Figura 16 Despesas Representação



3) Gastos com o Pessoal

A diminuição de 24% verificada nesta rubrica decorre da alteração do tratamento contabilístico dos pagamentos de pensões de sobrevivência. Até 2024, estes encargos eram reconhecidos na rubrica de gastos com o pessoal, afetando diretamente os custos de recursos humanos e o resultado líquido do exercício. Em 2025, os referidos pagamentos passaram a ser registados numa conta específica, em conformidade com a sua natureza económica. Consequentemente, o valor de **310 025,95 €** reflete exclusivamente os gastos com os recursos humanos afetos à atividade do Montepio, discriminando-se na seguinte figura:

Figura 17 Gastos com o Pessoal

Total dos Vencimentos	152 557,34 €
Subsídio férias	30 677,27 €
Subsídio natal	12 938,90 €
Cartão Refeição	16 891,94 €
Subsídio Coordenação	1 800,00 €
Abono p/Falhas	1 620,00 €
Var. estimativa encargos c/férias para 2026	14 700,00 €
Gratificações e Prémios	10 500,00 €
Indemnizações	4 498,89 €
Encargos sobre remunerações	47 362,32 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	198,17 €
Passes	3 610,02 €
Seguro Saúde	10 756,15 €
Formação	1 514,35 €
Medicina e Segurança no Trabalho	400,60 €

Os gastos com o pessoal totalizaram **310 025,95 €** em 2025, sendo a componente mais significativa constituída pelos vencimentos, no montante de **152 557,34 €**, correspondendo a cerca de 49% do total da rubrica. Os encargos sobre remunerações ascenderam a **47 362,32 €**, enquanto os subsídios de férias e de Natal representaram **30 677,27 €** e **12 938,90 €**, respetivamente.

Destacam-se ainda os custos associados ao cartão refeição (**16 891,94 €**), ao seguro de saúde (**10 756,15 €**) e às gratificações e prémios (**10 500,00 €**). Foi igualmente reconhecida uma estimativa de (**14 700,00 €**) relativa a encargos com férias a liquidar em 2026.

Esta estrutura de gastos evidencia que a maior parte dos encargos com o pessoal está associada às remunerações e aos respetivos encargos sociais, refletindo o investimento do Montepio nos seus recursos humanos e no conjunto de benefícios atribuídos aos colaboradores.

Não obstante o valor apresentado, a comparação com o exercício anterior encontra-se condicionada pela alteração do tratamento contabilístico das pensões de sobrevivência, que deixaram de ser reconhecidas nesta rubrica em 2025. Consequentemente, o montante de **310 025,95 €** reflete exclusivamente os custos efetivamente suportados com os recursos humanos internos do Montepio.

Figura 18 Contributo Financeiro por Categoria Profissional

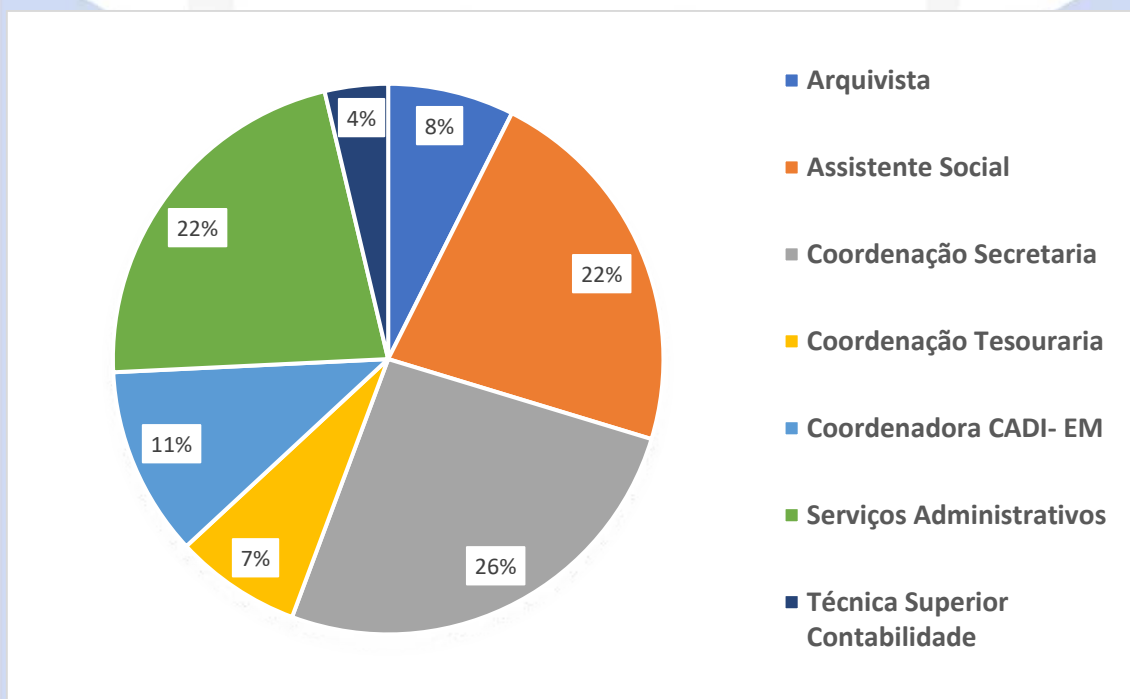
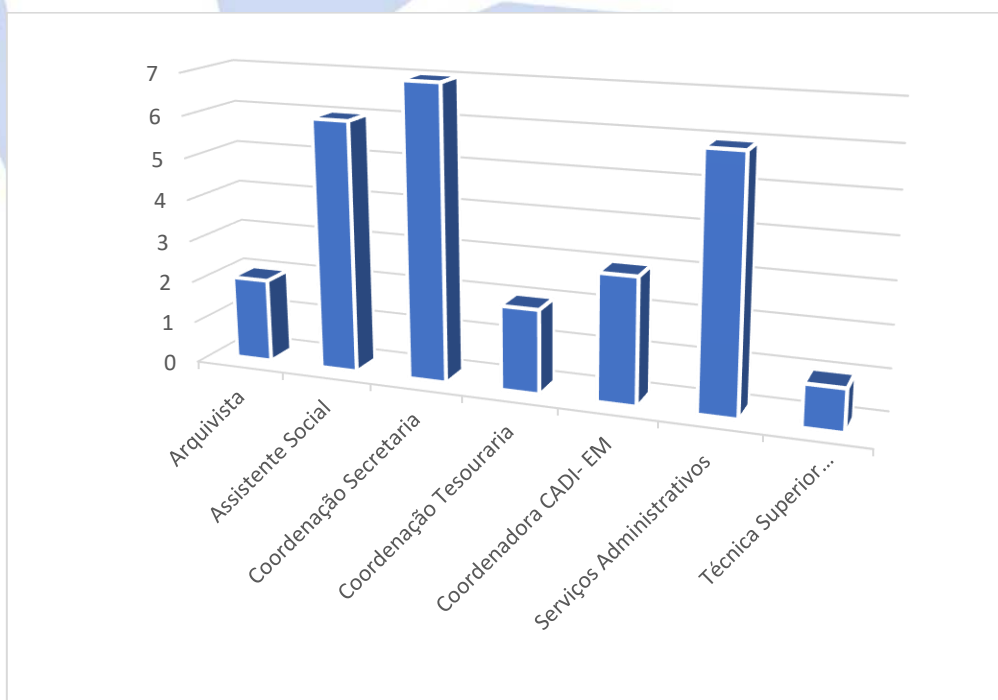


Figura 19 Média Anos Serviço Por Categoria



Durante o último trimestre de 2025, cessaram funções dois colaboradores por acordo mútuo, passando a estrutura de recursos humanos do Montepio a ser constituída por sete colaboradoras em 31 de dezembro de 2025, todas do sexo feminino.

O Montepio tem vindo a apostar na qualificação e profissionalização dos seus recursos humanos, promovendo a participação dos colaboradores em ações de formação que contribuem para o desenvolvimento das suas competências e para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Paralelamente, a instituição procura assegurar um conjunto de benefícios complementares, designadamente o pagamento do passe social para deslocações profissionais, a disponibilização de seguro de saúde, a atribuição de cartão de refeição e a concessão de prémios de produtividade, reforçando, desta forma, o bem-estar, a motivação e a valorização dos seus colaboradores.

4) Provisões (aumentos / reduções)

Esta rubrica corresponde a reversões de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas sobre dívidas de terceiros, cuja cobrança foi, entretanto, concretizada.

A reversão registada constitui um rendimento do exercício de 2025 e reflete o trabalho desenvolvido pela assessoria jurídica do Montepio na recuperação de créditos considerados de cobrança duvidosa em períodos anteriores.

À data de 31 de dezembro de 2025, encontravam-se ainda em acompanhamento oito processos de cobrança extrajudicial relativos a dívidas de anos anteriores, relativamente aos quais continuam a ser desenvolvidas diligências com vista à recuperação dos respetivos montantes.

5) Provisões específicas (aumentos/reduções)

A rubrica «**Reservas Específicas do Setor**» corresponde às reservas constituídas em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao setor mutualista, visando reforçar a estabilidade financeira da instituição e assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas perante os seus associados e beneficiários.

Estas reservas constituem um instrumento prudencial de proteção patrimonial, contribuindo para a solvabilidade do Montepio e para a garantia do cumprimento das suas obrigações futuras, em particular no âmbito dos benefícios e prestações mutualistas atribuídos aos associados.

A presente rubrica reflete as provisões constituídas para cobertura das reservas matemáticas, calculadas anualmente com base em estudo atuarial, em cumprimento das obrigações assumidas pelo Montepio relativamente aos benefícios futuros dos seus associados e beneficiários.

O valor apurado em 2025 é inferior em 172 % ao registado no exercício anterior, refletindo sobretudo a redução do universo de associados inscritos e a consequente revisão das responsabilidades futuras estimadas, efetuada com base nos pressupostos atuariais em vigor.

6) Outros Rendimentos

Figura 20 Rendas Recebidas entre 2023 e 2025

Nº PRÉDIO	MORADA	2023	2024	2025
1	AV. ALMIRANTE REIS, 62	134 503,05 €	148 892,68 €	146 415,72 €
2	AV. ALMIRANTE REIS, 150	41 168,56 €	62 264,60 €	63 849,00 €
3	AV. ALMIRANTE REIS, 152	13 718,03 €	12 136,38 €	11 327,64 €
4	R. ANTÓNIO PEDRO, 24	2 207,22 €	2 451,14 €	2 328,88 €
5	R. LEÃO OLIVEIRA, 4	47 627,97 €	49 129,23 €	42 345,81 €
6	AV. ELIAS GARCIA, 181	24 128,37 €	24 850,76 €	24 371,27 €
7	AV. ELIAS GARCIA, 175	31 581,27 €	33 016,65 €	33 190,53 €
8	AC. C.VALBOM, 120	62 818,84 €	67 533,03 €	65 690,45 €
9	AV. ELIAS GARCIA, 176	72 915,48 €	75 123,90 €	70 468,22 €
10	ALAM. D. AFONSO HENRIQUES, 50	83 634,01 €	76 674,97 €	63 603,23 €
11	AV. BERNAL, 33	81 770,66 €	79 295,72 €	59 999,30 €
12	R. ILHA S.TOMÉ, 12	48 981,77 €	58 783,47 €	59 760,00 €
13	R. CAVALEIRO OLIVEIRA, 38	20 473,83 €	19 584,53 €	21 071,16 €
14	R. ANTÓNIO PEDRO, 17	38 986,41 €	34 390,90 €	36 695,25 €
15	R. TRIANGULO VERMELHO, 12	44 745,61 €	52 095,10 €	49 603,31 €
16	AV. MADRID, 28	63 709,04 €	70 922,19 €	65 069,64 €
17	AV. MADRID, 16	65 917,95 €	71 965,54 €	74 455,00 €
18	AV. E.U.A., 103	109 449,85 €	120 575,05 €	102 311,80 €
19	CALÇADA DAS NECESSIDADES, 16	45 619,44 €	58 340,92 €	46 141,75 €
20	LARGO CIDADE DO SAL, Nº 5	7 314,88 €	7 753,73 €	7 478,02 €
21	TRAV. CIDADE CANTAGALO, BLOCO 2	6 058,06 €	6 878,34 €	7 163,14 €
22	RUA CIDADE XAIXAI, BLOCO 3	9 942,56 €	10 630,94 €	9 225,96 €
23	R. QUINTA DO JACINTO, 41	15 030,64 €	15 089,29 €	12 958,00 €
24	R. QUINTA DO JACINTO, 43	12 981,56 €	16 129,67 €	12 958,80 €
25	R. QUINTA DO JACINTO, 45	15 575,89 €	15 201,35 €	15 125,15 €
26	AV. ROMA, 90	106 410,85 €	88 697,06 €	74 460,56 €
27	RUA S. BERNARDO, 27	69 708,28 €	58 414,32 €	59 874,00 €
28	R. RAMALHO ORTIGÃO, 43	75 396,32 €	87 591,13 €	81 180,35 €
29	R. CORRENTEZA, 39	62 856,04 €	77 118,82 €	74 047,01 €
30	RUA DO CHIBUTO, LT 405	17 501,13 €	19 871,16 €	17 298,00 €
31	RUA DO CHIBUTO, LT 406	17 439,03 €	20 291,27 €	17 154,71 €
32	RUA DO CHIBUTO, LT 407	15 895,85 €	15 490,79 €	15 853,47 €
33	RUA DO CHIBUTO, LT 408	16 532,69 €	17 831,37 €	18 690,55 €
34	R. ARCO CARVALHÃO, 191	58 896,40 €	71 929,58 €	64 966,08 €
35	R. A. MARIA MATOS, LT 1124	54 231,86 €	55 525,90 €	51 617,25 €
36	R. A. MARIA MATOS, LT 1125	49 375,90 €	51 124,37 €	45 911,64 €
37	R. FRANCISCO METRASS, 30	62 977,08 €	64 543,51 €	66 912,15 €
TOTAL		1 708 082,38 €	1 818 139,36 €	1 691 572,80 €

Esta rubrica reflete todas as rendas faturadas dos 37 imóveis do Montepio e de todos os contratos de arrendamento ativos de 01/01/2025 a 31/12/2025

7) Outros Gastos

Registam-se nesta rubrica as despesas geradas pelos imóveis arrendados no que respeita a conservação e reparação, limpeza, água, eletricidade, seguros, gás e taxas municipais.

8) Juros e rendimentos similares obtidos

Reflete os juros dos depósitos a prazo no montante de 153 177,86 €, bem como as despesas administrativas cobradas nos processos de adiantamento no valor de 3 009,78€

1.3 Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

1.3.1. Análise Financeira

1) Liquidez e Fundo de Maneio

A situação de liquidez do Montepio mantém-se extremamente sólida. Em 2025, o rácio de liquidez corrente atingiu 55,5, uma capacidade muito elevada para satisfazer as obrigações de curto prazo através dos ativos correntes disponíveis. De igual modo, a liquidez imediata situou-se em 53,3, demonstrando que a quase totalidade dos compromissos de curto prazo poderia ser liquidada através das disponibilidades existentes.

O fundo de maneio líquido ascendeu a 7 487 832 €, refletindo uma posição financeira confortável e uma margem de segurança significativa para fazer face às necessidades operacionais da instituição.

2) Estrutura Financeira

A autonomia financeira registou uma ligeira melhoria, passando de 88,1% em 2024 para 88,7% em 2025. Este indicador demonstra que a atividade do Montepio continua a ser financiada totalmente por capitais próprios, traduzindo uma dependência de financiamento interno.

Em sentido inverso, o rácio de endividamento total diminuiu de 12,0% para 11,3%, reforçando a solidez financeira da instituição. A alavancagem financeira permanece reduzida, representando o passivo não corrente apenas cerca de 12,3% dos capitais próprios.

Por sua vez, a cobertura de curto prazo, de 1,75%, evidencia que os ativos correntes são suficientes para cobrir a totalidade do passivo da instituição.

De Associados Para Associados

3) Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade apresentaram uma evolução menos favorável em 2025. A margem dos EBITDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) reduziu-se de 37,7% para 10,7%, refletindo o aumento relativo dos gastos operacionais e a diminuição dos rendimentos correntes.

O EBIT (Lucros Antes de Juros, Impostos) apresentou um valor negativo de 40 788 €, correspondendo a uma margem operacional de -2,4%, contrastando com os 26,1% registados em 2024. Esta evolução evidencia uma redução da capacidade de geração de resultados operacionais antes dos resultados financeiros e impostos.

Apesar deste contexto, o Montepio encerrou o exercício com um resultado líquido positivo de 115 399 €, correspondente a uma margem líquida de 6,8%. Ainda assim, este valor representa uma diminuição significativa face aos 656 904 € alcançados no exercício anterior.

Os rácios de rentabilidade dos capitais próprios e dos ativos situaram-se em 0,35% e 0,31%, respetivamente, refletindo a reduzida geração de resultados em comparação com o elevado volume de património e ativos sob gestão.

4) Qualidade dos Ativos Correntes

A estrutura dos ativos correntes caracteriza-se por uma elevada liquidez, uma vez que as disponibilidades representam cerca de 96,1% do ativo corrente. Esta composição reduz significativamente o risco de liquidez e confere elevada capacidade de resposta às necessidades financeiras da instituição.

Os indicadores associados a clientes e inventários apresentam reduzida relevância analítica, dado o baixo volume de vendas e a natureza específica da atividade mutualista desenvolvida pelo Montepio, não sendo comparáveis aos rácios normalmente utilizados em entidades comerciais ou industriais.

III. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2025

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 29.º dos Estatutos do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA, e no exercício das competências que nos estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2025, apresentado pela Direção à Assembleia Geral.

Este documento reflete o conjunto de atividades desenvolvidas, a situação financeira da Instituição e os principais marcos de gestão, permitindo uma visão abrangente do desempenho do MONTEPIO ao longo do ano transato.

Após a devida apreciação, destacamos os seguintes pontos:

1. Conformidade Legal e Estatutária

O Relatório e Contas obedece aos preceitos legais e estatutários aplicáveis, encontrando-se os documentos financeiros apresentados de forma completa, clara e estruturada, acompanhados das respetivas notas explicativas e do relatório atuarial de suporte às provisões constituídas.

2. Situação Económica e Financeira

O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo de 115 398,74€, o que denota uma gestão prudente e eficaz. A Direção evidenciou um esforço sustentado de racionalização de despesas e valorização do património, nomeadamente através da política de arrendamento e da contínua reabilitação de imóveis.

3. Reservas Matemáticas e Sustentabilidade

Apesar da ligeira redução das reservas matemáticas face a 2024, observa-se uma gestão criteriosa desta componente, essencial para garantir o pagamento futuro das pensões de sobrevivência. O parecer do atuário independente sustenta a razoabilidade dos valores apresentados, não se identificando riscos imediatos de insustentabilidade.

4. Gestão Patrimonial

É de salientar o investimento na reabilitação do edifício da Rua António Pedro, n.º 24, cuja estimativa orçamental está devidamente fundamentada, bem como a diversificação das formas de ocupação habitacional (renda livre, renda económica e coabitação), num esforço coerente com a missão social do MONTEPIO.

5. Organização e Transparência

O Conselho Fiscal reconhece o trabalho desenvolvido ao nível da modernização institucional, nomeadamente nas áreas de arquivo, documentação e memória, e a aposta na formação contínua dos colaboradores. A publicitação dos critérios de atribuição de habitações e a adoção de mecanismos de supervisão reforçam a transparência e a confiança dos associados.

6. Eventos e Dinâmica Associativa

Registamos com apreço o dinamismo cultural e institucional do MONTEPIO, através da realização de eventos comemorativos e ações de proximidade com os associados e entidades parceiras, o que contribui para reforçar o sentido de pertença e identidade institucional.

O Conselho Fiscal, ainda no cumprimento das suas atribuições e com espírito de cooperação institucional, entende relevante formular as seguintes recomendações à Direção, visando o reforço da transparência, eficiência e capacidade de análise prospetiva do MONTEPIO:

7. Continuidade do esforço de modernização e automatização

Sugere-se a continuação da aposta na digitalização de processos de gestão e na organização dos fluxos documentais e financeiros, incluindo a disponibilização eletrónica de relatórios e indicadores em plataformas seguras,

8. Conclusão do processo de revisão estatutária

Tendo em conta a relevância do processo em curso de atualização dos Estatutos, recomenda-se à Direção a sua conclusão célere, assegurando a adequação do quadro normativo às exigências de gestão contemporânea e boas práticas do setor mutualista.

O Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas do exercício de 2025reflete a atividade desenvolvida e a situação económico-financeira do MONTEPIO DA PSP DE LISBOA. Atendendo à informação plasmada no Relatório, não se verificam quaisquer irregularidades ou reservas que comprometam a sua aprovação.

Neste sentido, emitimos parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2025, tal como apresentado pela Direção, recomendando a sua apreciação e aprovação pela Assembleia Geral.

Lisboa, 15 de junho de 2026

O Conselho Fiscal -

Presidente:

Pedro José Lopes Clemente

Vogal:

Fábio Jesus Ribeiro Mota

Relator:

Beatriz Ferreira Fernandes

Suplente:

Filipa Alexandra Gomes Ramalho